

Seminário Nacional de
Controle Externo voltado ao
**ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER**

DIAGNÓSTICO NACIONAL DO CONTROLE EXTERNO SOBRE O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Apresentação: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)





POR QUE ESTE DIAGNÓSTICO?

O diagnóstico transforma trabalhos produzidos separadamente pelos Tribunais de Contas em uma leitura nacional útil para o aprimoramento das políticas públicas para as mulheres.



Reunir evidências

Organiza informações e achados produzidos pelos Tribunais de Contas em diferentes trabalhos e contextos.



Reconhecer desafios

Identifica padrões recorrentes, fragilidades de implementação e pontos críticos da política.



Compartilhar aprendizados

Sistematiza práticas, lições e caminhos de aperfeiçoamento para fortalecer a ação pública.



Conhecimento disperso, quando organizado e compartilhado, fortalece a ação pública.



Uma política que depende de muitos setores

A proteção das mulheres e o enfrentamento da violência exigem a atuação integrada de diferentes políticas, instituições e níveis de governo.





Da urgência à reconstrução da vida

Enfrentar a violência não significa apenas responder ao episódio imediato; significa garantir proteção, cuidado, responsabilização e condições para a reconstrução da vida.



.....



Comunicação, articulação e compartilhamento de informações devem acompanhar todo o percurso.



.....



O que precisa ser atendido primeiro?

Uma política abrangente precisa distinguir a resposta imediata ao risco, a continuidade da proteção e as medidas estruturantes de reconstrução da autonomia.



PRIORIDADE IMEDIATA

proteger a vida e a integridade

- risco de feminicídio ou violência grave
- ameaça atual
- descumprimento de medida protetiva
- necessidade urgente de saúde, abrigo, transporte ou proteção de dependentes



PRIORIDADE DE CONTINUIDADE

impedir o retorno ao risco

- avaliação e reavaliação do risco
- efetivação das medidas protetivas
- encaminhamentos confirmados
- gestão do caso e acompanhamento



PRIORIDADE ESTRUTURAL

reconstruir autonomia e
prevenir novas violências

- renda, trabalho e qualificação
- moradia
- saúde mental
- educação
- responsabilização do agressor
- prevenção continuada



A BASE ANALISADA

A leitura nacional foi construída a partir de uma base documental ampla, diversa e produzida por Tribunais de Contas de todas as regiões do país.



27
Cortes participantes



99

documentos
analisados



46

auditorias e
fiscalizações



15

levantamentos e
diagnósticos



26

decisões e
deliberações



9

monitoramentos



10

painéis ou
estudos



201

práticas e experiências
identificadas



O QUE AS AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES ENCONTRARAM EM COMUM



Achados

Apesar das diferenças de escopo, período, território e método, os trabalhos convergem para fragilidades semelhantes na implementação das políticas de proteção às mulheres.



Governança e coordenação frágeis

Papéis pouco definidos e baixa articulação reduzem a capacidade de decisão e acompanhamento.



Planejamento e orçamento desalinhados

Planos genéricos e recursos pouco identificáveis dificultam a conexão entre metas e execução.



Equipes e estruturas insuficientes

Déficit, rotatividade e capacitação irregular comprometem o funcionamento dos serviços.



Dados fragmentados e pouco integrados

Registros incompletos e sistemas desconectados dificultam acompanhar casos, riscos e resultados.



Cobertura territorial desigual

Distância, transporte e concentração dos serviços limitam o acesso em áreas rurais e periféricas.



Fluxos de atendimento descontínuos

Encaminhamentos sem confirmação e contrarreferência frágil rompem a continuidade do cuidado.



Prevenção e autonomia ainda periféricas

Ações de prevenção, trabalho, renda e moradia aparecem com alcance reduzido ou descontínuo.



Monitoramento e avaliação insuficientes

Predomina o registro de atividades, com pouca verificação do funcionamento real e dos benefícios.



Por que a proteção falha?

A interrupção da proteção não decorre de uma única escolha. Ela resulta da combinação de barreiras institucionais, territórios desiguais, desigualdades socioeconômicas, padrões culturais e falhas na informação.



1. INSTITUCIONAIS E BUROCRÁTICOS

- Fluxos pouco claros
- Excesso de encaminhamentos
- Horários restritos
- Ausência de responsáveis pelo caso



2. TERRITORIAIS

- Distância dos serviços
- Transporte insuficiente
- Concentração da rede em grandes centros
- Baixa cobertura em áreas rurais e periféricas



3. SOCIOECONÔMICOS

- Dependência financeira
- Falta de moradia segura
- Dificuldade de deixar o trabalho ou cuidar de dependentes
- Ausência de apoio material imediato



4. PSICOLÓGICOS E CULTURAIS

- Medo, vergonha e culpa
- Ameaça do agressor
- Naturalização da violência
- Receio de não ser acreditada



5. INFORMACIONAIS

- Desconhecimento sobre direitos e serviços
- Dados não compartilhados
- Perda de informações entre atendimentos
- Ausência de acompanhamento



**A mulher no centro
de direitos e cuidado**



GOVERNANÇA COLABORATIVA: CONECTAR SETORES, PODERES E NÍVEIS DE GOVERNO

A política exige cooperação horizontal entre instituições
e cooperação vertical entre União, estados e municípios.



Existir não basta: é preciso fazer funcionar

A existência formal de estruturas, planos e serviços é o primeiro passo.
A proteção efetiva depende do funcionamento articulado e contínuo.

PRESENÇA FORMAL

Condição necessária, mas insuficiente



ÓRGÃO CRIADO



PLANO APROVADO



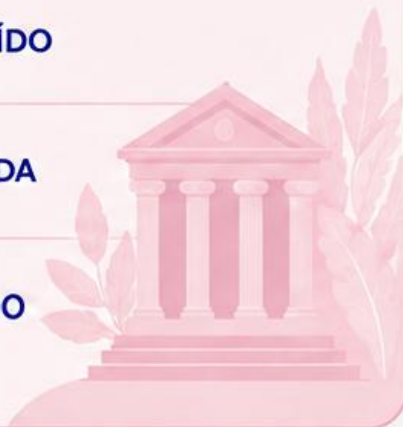
SERVIÇO INSTITUÍDO



NORMA PUBLICADA



COMITÊ INSTALADO



Da formalidade
à efetividade:
o que transforma
estrutura em
proteção real

FUNCIONAMENTO REAL

O que produz proteção e cuidado



LIDERANÇA ATIVA



EQUIPE E ORÇAMENTO



FLUXOS CONHECIDOS



ATENDIMENTO REGULAR



COMUNICAÇÃO E
CONTRARREFERÊNCIA



ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO



DECISÕES ACOMPANHADAS



RESULTADOS ANALISADOS



O município como ponto de proteção cotidiana

É no território municipal que a mulher busca ajuda, recebe atendimento e precisa encontrar caminhos concretos para sair da violência.



Três arranjos possíveis





O QUE O CONTROLE EXTERNO DEVE OBSERVAR EM CADA SETOR?

A fiscalização precisa examinar não apenas a existência dos serviços, mas o modo como funcionam, se articulam e respondem às necessidades das mulheres.

 SEGURANÇA PÚBLICA	 SAÚDE	 JUSTIÇA E ASSISTÊNCIA JURÍDICA	 ASSISTÊNCIA SOCIAL E AUTONOMIA
 O que verificar ✓ Funcionamento das delegacias e canais de denúncia ✓ Avaliação de risco ✓ Atendimento especializado ✓ Fiscalização das medidas protetivas ✓ Integração das informações	 O que verificar ✓ Acolhimento humanizado ✓ Atendimento físico e mental ✓ Notificação ✓ Protocolos ✓ Referência e contrarreferência	 O que verificar ✓ Tempo e fluxo das medidas protetivas ✓ Comunicação com a rede ✓ Acompanhamento do cumprimento ✓ Acesso à informação ✓ Apoio psicossocial	 O que verificar ✓ Acolhimento seguro ✓ Gestão do caso ✓ Benefícios ✓ Trabalho, renda e educação ✓ Moradia e transporte ✓ Proteção de crianças e dependentes
 O que a falha produz ! Risco não identificado ou subestimado ! Medidas protetivas descumpridas ! Revitimização e desconfiança ! Informações perdidas ou desconectadas ! Aumento da vulnerabilidade	 O que a falha produz ! Lesões físicas e emocionais não tratadas ! Subnotificação e invisibilidade ! Atendimentos repetidos sem continuidade ! Risco ampliado por falta de acompanhamento ! Dificuldade de reconstrução do cuidado	 O que a falha produz ! Demora na proteção judicial ! Descumprimento sem resposta ! Mulher sem informação sobre seus direitos ! Isolamento e fragilidade emocional ! Baixo acesso à Justiça	 O que a falha produz ! Risco de retorno à violência ! Dependência econômica e social ! Evasão escolar e interrupção de trajetórias ! Desproteção de crianças e dependentes ! Pobreza e vulnerabilidades persistentes

O custo da omissão e o valor da prevenção

Investir em prevenção salva vidas, reduz desigualdades
e diminui gastos públicos de médio e longo prazo.



CUSTO DA RESPOSTA TARDIA



1. SAÚDE FÍSICA E MENTAL



2. SEGURANÇA E SISTEMA DE JUSTIÇA



3. ASSISTÊNCIA SOCIAL, ACOLHIMENTO
E PROTEÇÃO



4. AFASTAMENTO DO TRABALHO
E PERDA DE RENDA



5. EFEITOS SOBRE CRIANÇAS,
FAMÍLIAS E COMUNIDADES



Monitorar custos e resultados permite
tomar decisões baseadas em evidências
e direcionar recursos onde geram
maior impacto social.



INVESTIMENTO EM PREVENÇÃO



1. EDUCAÇÃO E MUDANÇA CULTURAL



2. IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS



3. AUTONOMIA ECONÔMICA,
MOBILIDADE E ACESSO A SERVIÇOS



Experiências dos territórios que apontam caminhos

Experiências distintas respondem a barreiras concretas de acesso, proteção e autonomia.



1. Escola Amiga da Mulher Paudalho/PE

Prevenção e educação em direitos

Trabalho realizado no ambiente escolar para sensibilizar estudantes e comunidades, difundir direitos e prevenir a violência contra as mulheres.



2. Gestão transversal da Secretaria Especial Juntas Cabrobó/PE

Integração entre políticas municipais

Articulação de saúde, assistência social, cultura, comunicação, prevenção e promoção de direitos em torno de uma agenda comum para as mulheres.



3. Organização da política municipal Iturama/MG

Transformar recomendações em estrutura

Criação de plano municipal, ativação do conselho, inclusão de atendimento jurídico no CREAS, capacitação das equipes e transporte para mulheres.



4. Casa da Mulher Barbacena/MG

Atendimento integrado e acolhimento

Estrutura com equipe própria, atendimento às mulheres e aos filhos, abrigamento sigiloso por meio de parceria, recomposição do conselho e pesquisa de satisfação.



5. Cartão Move Mulher Rio de Janeiro/RJ

Reduzir a barreira do deslocamento

Benefício destinado ao custeio do transporte necessário para que mulheres em situação de violência possam acessar serviços, atendimentos e providências da rede.



6. Cartão Mulher Carioca Rio de Janeiro/RJ

Apoio material emergencial

Auxílio financeiro temporário destinado a mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, contribuindo para enfrentar a dependência econômica imediata.



OUVIR AS MULHERES MELHORA A FISCALIZAÇÃO

A análise documental e a escuta de gestores não bastam para compreender como a política funciona na vida real.



**Entrevistas e
escuta de usuárias**
relatos, percepções
e barreiras vividas.



**Inspeções e visitas
aos serviços**
observação do
funcionamento na prática.



**Grupos focais ou
oficinas protegidas**
debate qualificado em
ambiente seguro.



**Análise de trajetórias
e jornadas de
atendimento**
percursos, rupturas e
continuidade do cuidado.



Consentimento
participação livre
e informada.



Sigilo
proteção de dados
e confidencialidade.



Ambiente seguro
acolhimento,
respeito e confiança.



**Prevenção da
revitimização**
escuta ética sem
exposição desnecessária.

O que os Tribunais de Contas podem fazer concretamente?

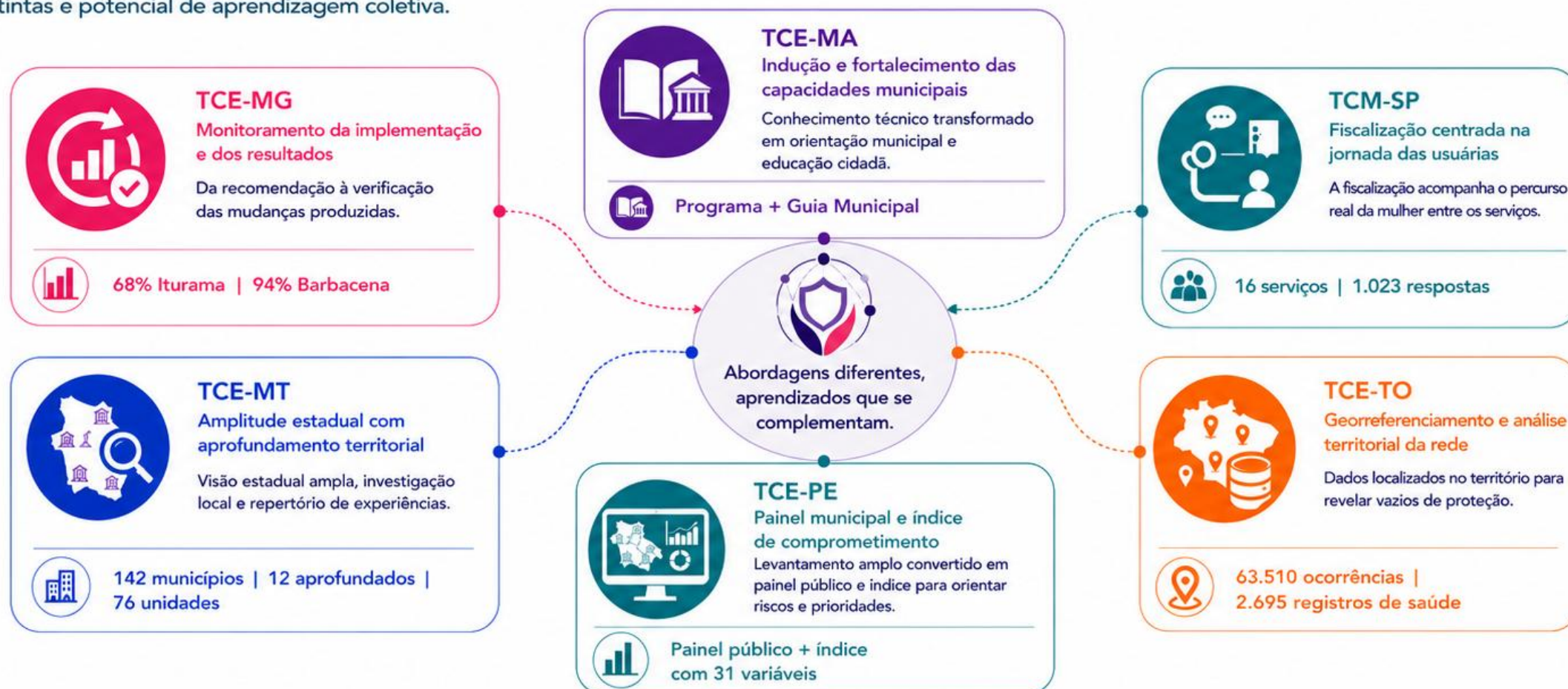
A contribuição do controle externo não termina na identificação da falha.
Ela envolve indução, acompanhamento, avaliação e compartilhamento de aprendizados.





Diferentes caminhos de atuação do controle externo

As experiências foram selecionadas por apresentarem contribuições metodológicas distintas e potencial de aprendizagem coletiva.





Especializar para atuar melhor

Quatro Grupos de Trabalho articulam os eixos do Pacto Nacional e a liderança pelo exemplo dos Tribunais de Contas.



GT 1 — PREVENÇÃO PRIMÁRIA E CONTROLE EXTERNO

Foco

Educação, cultura, esporte, comunicação e saúde.
Mudança de atitudes e indicadores de prevenção.



Produtos esperados

Matriz de indicadores. Nota técnica conjunta.



GT 3 — PREVENÇÃO TERCIÁRIA, REPARAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA

Foco

Garantia de direitos, reparação integral,
acesso à Justiça, responsabilização,
memória e verdade.



Produtos esperados

Diretrizes de fiscalização.
Critérios comuns de auditoria.



GT 2 — PREVENÇÃO SECUNDÁRIA E REDES DE PROTEÇÃO

Foco

Integração das redes, qualidade e tempestividade
do atendimento, avaliação e gestão de risco.



Produtos esperados

Checklist de auditoria. Indicadores de
integração intersetorial.



GT 4 — AÇÕES INTERNAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Igualdade de gênero e prevenção ao assédio

Foco

Políticas internas, canais seguros, acolhimento,
responsabilização e liderança pelo exemplo.



Produtos esperados

Minuta de diretrizes internas.
Ações conjuntas no Agosto Lilás.





Uma agenda para avançar

A continuidade do diagnóstico exige organizar o conhecimento no curto prazo, desenvolver capacidades no médio prazo e monitorar resultados no longo prazo.



CURTO PRAZO

Organizar e alinhar



Estruturar os quatro Grupos de Trabalho e consolidar seus produtos.



Organizar base de práticas, métodos e instrumentos.



Definir linguagem comum e indicadores iniciais.



Realizar encontros técnicos periódicos.



MÉDIO PRAZO

Desenvolver capacidades e atuar de forma coordenada



Capacitar equipes de forma contínua e aplicada.



Desenvolver painéis e ferramentas compartilhadas.



Realizar fiscalizações coordenadas e temáticas.



Fortalecer parcerias com a rede de proteção, academia e sociedade civil.



LONGO PRAZO

Monitorar resultados e gerar valor público de forma sustentável



Monitorar resultados das políticas e a efetividade das ações.



Avaliar benefícios para as mulheres e para a sociedade.



Publicar relatórios nacionais periódicos.



Aprimorar protocolos, indicadores e critérios de fiscalização.



Sustentar atuação preventiva e aprendizagem institucional.



Rede que Protege

REDE NACIONAL DE CONTROLE EXTERNO
PELA PROTEÇÃO DAS MULHERES

Obrigada

Rede Nacional de Controle Externo pela Proteção das Mulheres

Contatos TCE-PE

Conselheiro Carlos Neves
carlosneves@tcepe.tc.br

Adriana Arantes
adrianaarantes@tcepe.tc.br

Eduardo Siqueira
eduardosiqueira@tcepe.tc.br

Tassylla Lins
tassyllalins@tcepe.tc.br

Michelle Menezes de Freitas
micnezes@tcepe.tc.br

Leonardo Mozdzenski
leomoz@tcepe.tc.br



APRESENTAÇÃO



DIAGNÓSTICO